



Assembleia da República  
Gabinete do Presidente

REQUERIMENTO      Número 375<sup>o</sup> / XI ( 2 .ª ) Ae

PERGUNTA      Número / XI ( .ª )

N.º de entrada	395053
Classificação	
Data	05/04/02
	11/04/14

Expeça-se
Publique-se
2011/04/15
O. Secretário da Mesa
<i>Rec</i>

**Assunto: Plano Plurianual de Promoção da Eficiência da REFER**

**Destinatário: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*Por determinação do Sr. Secretário da Mesa*

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

*A. M. 15*  
*[Signature]*

De acordo com notícias difundidas no dia de hoje pela Comunicação Social, a REFER acordou com o Governo um Plano Plurianual de Promoção de Eficiência, ao abrigo do qual se anuncia o despedimento de largas centenas de trabalhadores, o encerramento de linhas que até agora tinha sido considerado como provisório e a contratualização de um serviço público de transporte para os próximos anos cujos termos se desconhecem.

Considerando o perfil do acordo agora anunciado crê-se que se está perante um conjunto de decisões de natureza estratégica para o futuro da empresa, muito para além do que tinha sido anunciado, anteriormente, no âmbito do PEC3 e do OE2011, o que a confirmar-se parece extravasar o âmbito das competências de um Governo, apenas em funções de gestão. O protocolo inclui orientações de enorme gravidade e impacte não apenas para os trabalhadores, como também para a actividade da empresa, ficando sem se saber as hipotéticas justificações, critérios, escolhas ou prioridades que estão na base da contratualização das obrigações de serviço público para os próximos anos, por parte da REFER.

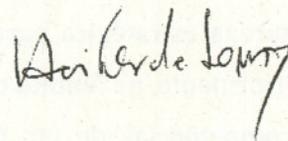
A profundidade e a extensão dos cortes que se anunciam põem também em causa o próprio futuro da rede ferroviária nacional nas suas diversas componentes (via estreita ou linhas convencionais), no transporte de passageiros ou de mercadorias. Tudo isto parece ter sido concluído de formas casuística, sem a indispensável conexão com uma orientação estratégica assumida pelo MOPTC, e sem aquilo que o próprio Ministério afirmou repetidas vezes na última legislatura, segundo a qual “muitos dos investimentos na rede ferroviária haveriam de ser considerados no âmbito de um Plano Estratégico de Transportes”. O que salta à vista é que nem integração de conceitos e de estratégias, nem Plano Estratégico.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Governo, através do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:*

1. Cópia do Protocolo assinado com a REFER para a anunciada “Contratualização do Serviço Público” para a Rede Ferroviária Nacional (RFN) e demais documentos que se justifiquem para o cabal conhecimento do acordo estabelecido entre o Governo e a REFER, nomeadamente:
  - a. O Plano Plurianual de Promoção da Eficiência;
  - b. O Plano de Investimentos para os próximos anos;
  - c. O Plano de Saneamento Financeiro da REFER, incluindo o modelo e a definição das indemnizações compensatórias até 2019 (tal como foi anunciado);
  - d. O Plano de Recursos Humanos.

Palácio de São Bento, 14 de Abril de 2011.

**O Deputado**



**Heitor de Sousa**